

Informativo Semanal - 13 a 19 de abril de 2026

Sindsprev-PE participa da Marcha da Classe Trabalhadora em Brasília e reforça luta por direitos

Foto: Sindsprev-PE



O Sindsprev-PE marcou presença na Marcha da Classe Trabalhadora, realizada no dia 15 de abril, em Brasília, mobilização organizada pela CUT Brasil e construída em conjunto com diversas centrais sindicais de todo o país, em torno de uma agenda unificada

em defesa dos direitos da classe trabalhadora.

O ato reuniu milhares de trabalhadores e trabalhadoras de diferentes categorias, que ocuparam as ruas da capital federal em uma grande demonstração de unidade, mobilização e resistência frente aos

desafios enfrentados pela classe.

Representando o Sindsprev-PE, estiveram presentes os diretores Silvaneide Márcia, da Secretaria de Imprensa e Comunicação, e Amilson Machado Ramos, da Secretaria...

Leia mais - Pág. - 3

REUNIÃO



Foto: Sindsprev-PE

Na última segunda-feira (13), o Sindsprev-PE esteve presente em Caruaru para um importante momento de diálogo com os servidores da Agência da Previdência Social e da Gerência Executiva do município. A atividade teve...

Leia mais - Pág. - 2

CAMPANHA SALARIAL



Foto: Sindsprev-PE

A campanha salarial dos trabalhadores da saúde, previdência e assistência social entrou em uma nova fase de mobilização nacional, com entidades sindicais intensificando a articulação em torno das pautas apresentadas ao governo federal ainda no...

Leia mais - Pág. - 4

Sindsprev Pernambuco realiza reunião com servidores em Caruaru e reforça luta por melhores condições de trabalho

Na última segunda-feira (13), o Sindsprev-PE esteve presente em Caruaru para um importante momento de diálogo com os servidores da Agência da Previdência Social e da Gerência Executiva do município. A atividade teve como objetivo fortalecer a organização da categoria, repassar informes estratégicos e ouvir de perto as demandas locais dos trabalhadores.

Representando o sindicato, participaram da reunião os diretores Stela Pragana, José Carlos Tavares e Silvaneide Márcia, reafirmando o compromisso da entidade com a base e com a construção coletiva das pautas da categoria.

Durante o encontro, foram apresentados informes nacionais, com destaque para as discussões em andamento na mesa setorial, no Comitê de Processo de Trabalho e no Comitê de Serviços

Previdenciários. Também foram destacados os avanços conquistados ao longo do último ano, fruto direto da mobilização e atuação das entidades sindicais, incluindo o Sindsprev-PE, por meio da sua representação na CNTSS.

Entre os principais resultados, foram ressaltados a instalação do Comitê Gestor da Carreira do Seguro Social, mudanças na portaria dos abatimentos de metas e ajustes no Programa de Gestão do INSS. Conquistas que impactam diretamente as condições de trabalho e a valorização dos servidores.

Além dos informes, o momento foi fundamental para ouvir as demandas específicas da realidade local. Os servidores relataram problemas estruturais e operacionais, como a falta de fornecimento de água mineral, necessidade de instalação de ar-condicionado,



Foto: Sindsprev-PE

dificuldades com a empresa terceirizada de limpeza, entre outras questões que afetam o dia a dia nas unidades.

O sindicato se comprometeu a encaminhar essas pautas junto à gestão do INSS, buscando soluções efetivas para os problemas apresentados.

Na ocasião, também foram eleitos os delegados de base, fortalecendo a organização sindical e ampliando a representatividade dos trabalhadores nos espaços de decisão.

A diretora do Sindsprev-PE e da CNTSS, Stela, destacou a importância do encontro:

“Esse é o papel do sindicato: estar presente na base, ouvindo os

trabalhadores e trabalhadoras e levando informações com transparência. As conquistas que tivemos no último período não vieram por acaso, são resultado da luta coletiva e da atuação firme das entidades sindicais. Ao mesmo tempo, seguimos atentos às demandas locais, porque são elas que refletem diretamente na qualidade do serviço prestado à população e nas condições de trabalho dos servidores.”

O Sindsprev-PE reafirma seu compromisso com a defesa dos direitos da categoria, a valorização do serviço público e a construção permanente de melhores condições de trabalho para todos os servidores e servidoras do INSS.

EXPEDIENTE



INFORMATIVO EDITADO PELA SECRETARIA DE IMPRENSA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES PÚBLICOS FEDERAIS EM SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO

Rua Marques de Amorim, 174,
Boa Vista, Recife-PE.
CEP 50070-335.

Fone: (81) 2127-8333.

Site: www.sindsprev.org.br

E-mail: siprevpe@uol.com.br

  [sindsprevpe](#)

 [sindsprev_pe](#)

 [sindsprevrecifepe](#)

Coordenação Geral: José Bonifácio-
Secretaria de Imprensa e
Comunicação: Silvaneide Márcia

Jornalista Responsável e Edição:

Débora Almeida

Textos: Débora Almeida e Agência Mazella

Conselho Editorial: José Bonifácio e Silvaneide Márcia

Projeto Gráfico e Diagramação: Daniele Cardoso

Sindsprev-PE participa da Marcha da Classe Trabalhadora em Brasília e reforça luta por direitos

O Sindsprev-PE marcou presença na Marcha da Classe Trabalhadora, realizada no dia 15 de abril, em Brasília, mobilização organizada pela CUT Brasil e construída em conjunto com diversas centrais sindicais de todo o país, em torno de uma agenda unificada em defesa dos direitos da classe trabalhadora.

O ato reuniu milhares de trabalhadores e trabalhadoras de diferentes categorias, que ocuparam as ruas da capital federal em uma grande demonstração de unidade, mobilização e resistência frente aos desafios enfrentados pela classe.

Representando o Sindsprev-PE, estiveram

presentes os diretores Silvaneide Márcia, da Secretaria de Imprensa e Comunicação, e Amilson Machado Ramos, da Secretaria de Administração e Patrimônio, reforçando o compromisso do sindicato com a luta nacional e com a construção coletiva de pautas que garantam avanços para os trabalhadores e trabalhadoras.

Durante a mobilização, uma comissão formada por representantes das centrais sindicais foi recebida pelo Governo Federal, ocasião em que foi entregue a pauta reivindicatória construída de forma unificada. Entre os principais pontos apresentados pelas centrais,

destacam-se:

Redução da jornada de trabalho, com o fim da escala 6x1;

Fortalecimento das negociações coletivas;

Combate à pejetização e às fraudes nas relações de trabalho;

Regulamentação do direito à negociação coletiva no setor público;

Combate ao feminicídio.

A diretora do Sindsprev-PE, Silvaneide Márcia, destacou a importância da mobilização e da unidade das centrais sindicais na construção de conquistas concretas:

“Voltaremos para Pernambuco com a certeza de que esse é o caminho: mobilização, unidade e luta permanente.

Porque nenhuma conquista veio fácil e nenhuma será mantida sem organização. Seguimos firmes, nas ruas e nos territórios, construindo um futuro mais justo para todos e todas.”

A Marcha da Classe Trabalhadora reafirma a importância da organização coletiva e da presença ativa dos sindicatos na defesa dos direitos históricos da classe trabalhadora. O Sindsprev-PE segue firme nesse compromisso, atuando tanto nos espaços institucionais quanto nas ruas, fortalecendo a luta por justiça social, valorização do trabalho e melhores condições de vida para todos e todas.



Fotos Sindsprev-PE

Campanha salarial avança com novas mobilizações e cobranças por negociação efetiva



Foto: Sindsprev-PE

A campanha salarial dos trabalhadores da saúde, previdência e assistência social entrou em uma nova fase de mobilização nacional, com entidades sindicais intensificando a articulação em torno das pautas apresentadas ao governo federal ainda no início deste ano. Entre os principais pontos em debate está a reivindicação de reajuste para o período 2026/2027 garantindo no mínimo de 9% para todos os cargos em todas as Categoria, além da defesa de melhorias nas condições de trabalho e da valorização dos servidores públicos.

A pauta de reivindicações, construída coletivamente e entregue nos primeiros meses de 2026, reúne demandas históricas da categoria, incluindo recomposição salarial com ganho real, fortalecimento do Regime Jurídico Único (RJU) e a regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata da negociação coletiva no setor público. Apesar

de avanços pontuais nas mesas de negociação, representantes sindicais avaliam que ainda há entraves para a consolidação de uma política permanente de valorização dos servidores.

Nesse contexto, as mesas específicas de negociação envolvendo áreas como Ministério da Saúde e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) têm sido apontadas como espaços estratégicos para o aprofundamento do diálogo. As entidades defendem que essas instâncias avancem não apenas nas questões salariais, mas também em temas estruturais que impactam diretamente o cotidiano dos trabalhadores, como condições de trabalho, dimensionamento de pessoal e organização das carreiras.

A mobilização ganhou novo impulso com a realização da Marcha da Classe Trabalhadora, que reuniu categorias de todo o país em Brasília no último dia 15 de abril. Convocada pelas centrais sindicais com a

participação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Segurança Social (CNTSS) e Sindsprev-PE. A atividade integrou um calendário mais amplo de lutas, e por avanços concretos nas negociações com o governo. A programação contou com plenária nacional e participação de delegações de diversos estados, reforçando a unidade entre os diferentes segmentos da classe trabalhadora.

Entre as bandeiras centrais levantadas durante a mobilização estiveram o fim da escala 6x1, a redução da jornada de trabalho sem redução salarial e o combate à precarização dos vínculos laborais. No caso do serviço público, também ganharam destaque a rejeição a propostas de mudanças estruturais na gestão pública que possam flexibilizar direitos e a defesa do caráter público dos serviços, diante de discussões sobre modelos administrativos que ampliem a participação de entidades privadas.

A campanha salarial também se insere em um cenário mais amplo de debate sobre o futuro das relações de trabalho no setor público.

Propostas que envolvem alterações na estrutura administrativa do Estado e possíveis mudanças nos regimes de contratação têm sido acompanhadas com preocupação por entidades sindicais, que alertam para os impactos dessas medidas na organização das categorias e na garantia de direitos historicamente conquistados.

Durante a agenda em Brasília, representantes sindicais também buscaram diálogo com diferentes instâncias institucionais, incluindo o Executivo e órgãos do Judiciário, com o objetivo de reforçar a necessidade de avanços nas pautas apresentadas. A expectativa é que a pressão exercida pela mobilização contribua para destravar negociações e ampliar o reconhecimento das demandas da categoria.

Com a continuidade das atividades até o final da campanha salarial, as entidades acreditam que as pautas apresentadas e as mobilizações dos trabalhadores do setor, articulem mesas mais favoráveis e debates estruturais sobre o papel do Estado, a valorização do serviço público e as condições de trabalho no país.

Erros na declaração automática do IR exigem atenção redobrada de servidores

Foto: Sindsprev-PE



A utilização da declaração pré-preenchida do Imposto de Renda 2026 tem exigido atenção redobrada por parte dos servidores vinculados ao Ministério da Saúde e ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Isso porque inconsistências identificadas nos dados importados automaticamente pela Receita Federal têm gerado divergências em relação aos informes oficiais de rendimentos, o que pode resultar em problemas no processamento das declarações.

Desde a abertura do prazo de envio, foram registrados casos em que valores apresentados no sistema não coincidem com aqueles efetivamente pagos

e registrados nos sistemas oficiais do governo, como o SIAPE e o eSocial. Diante desse cenário, a orientação repassada pela área de gestão de pessoas do INSS, é que a declaração automática só deve ser utilizada como referência inicial, não como fonte principal de preenchimento.

Na prática, os erros têm sido mais frequentes em campos relacionados à remuneração, descontos e contribuições, justamente os dados que impactam diretamente no cálculo do imposto devido ou da restituição. As falhas são atribuídas, em grande parte, a ajustes ainda em andamento nos sistemas que integram as informações

fiscais, o que pode gerar distorções temporárias nos dados disponibilizados ao contribuinte.

A recomendação oficial é que servidores ativos, aposentados e pensionistas utilizem exclusivamente o informe de rendimentos disponibilizado pelo sistema SouGov como base para o preenchimento da declaração. Isso porque esse documento é considerado a fonte oficial das informações e reflete os dados consolidados da folha de pagamento, reduzindo o risco de inconsistências.

Para quem já enviou a declaração com base em dados incorretos, a alternativa é realizar a retificação. O procedimento permite corrigir

as informações e evitar consequências como retenção na malha fina, atrasos na restituição ou pendências junto à Receita. A recomendação é que essa correção seja feita o quanto antes, especialmente após a conferência dos dados oficiais.

O INSS informou ainda que segue promovendo ajustes nos sistemas responsáveis pela transmissão e consolidação das informações fiscais, o que pode ocasionar alterações pontuais ao longo do processamento. Por isso, é indicado que os contribuintes acompanhem regularmente o andamento da declaração por meio dos canais da Receita Federal, verificando se há pendências ou necessidade de ajustes adicionais.

Especialistas reforçam que o uso de ferramentas automatizadas, embora facilite o preenchimento, não substitui a conferência manual dos dados. A atenção aos documentos oficiais e a revisão cuidadosa das informações continuam sendo etapas indispensáveis para garantir a precisão da declaração e evitar transtornos futuros com o Fisco.

Após mobilização nacional o governo assina projeto que fortalece negociação coletiva no serviço público

A mobilização da classe trabalhadora, expressa nas ruas de Brasília durante a Marcha da Classe Trabalhadora, já começa a apresentar resultados concretos. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o Projeto de Lei que regulamenta a negociação coletiva no serviço público, representando um avanço histórico para os servidores e servidoras de todo o país.

A medida regulamenta a Convenção nº 151 da Organização Internacional do Trabalho, garantindo o direito à negociação coletiva no setor público, uma reivindicação antiga das entidades sindicais e uma das principais pautas defendidas pela CUT Brasil e demais centrais.

Para o Sindsprev-PE, a iniciativa reafirma a importância da organização e da luta coletiva. A conquista é fruto direto da mobilização nacional, que reuniu milhares de trabalhadores e trabalhadoras na capital federal, pressionando por avanços concretos nas políticas de valorização do serviço público.

Na prática, o projeto cria mecanismos formais de diálogo entre o Estado e os servidores,



Foto: Ricardo Stuckert/PR

como mesas de negociação, processos de mediação e soluções consensuais para conflitos. A proposta também assegura o direito à organização sindical e prevê licença remunerada para dirigentes sindicais, fortalecendo a atuação das entidades representativas.

Outro ponto de destaque é a ampliação das negociações para todas as esferas (federal, estadual e municipal) permitindo que mais trabalhadores sejam contemplados com processos estruturados de diálogo e construção de direitos.

A proposta também consolida a retomada da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), espaço fundamental para o debate entre governo e servidores, reativado

em 2023 após anos de paralisação. Esse ambiente institucional tem sido essencial para discutir desde pautas gerais até demandas específicas das categorias.

A ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, destacou que o envio do projeto ao Congresso Nacional representa o cumprimento de um compromisso histórico com os servidores públicos, garantindo a regulamentação de um direito já reconhecido, mas ainda não efetivado na prática.

Para o Sindsprev-PE, esse avanço deve ser compreendido como parte de um processo contínuo de luta. A regulamentação da negociação coletiva no serviço público não apenas fortalece os direitos

dos trabalhadores, mas também amplia a democracia nas relações de trabalho, ao garantir voz ativa às categorias na construção de políticas que impactam diretamente suas condições de trabalho.

A tramitação do projeto no Congresso Nacional será mais uma etapa decisiva, que exigirá vigilância, mobilização e pressão das entidades sindicais para assegurar sua aprovação e implementação efetiva.

O Sindsprev-PE seguirá acompanhando de perto esse processo, reafirmando seu compromisso histórico com a defesa dos servidores públicos e com a construção de um serviço público mais valorizado, democrático e eficiente para toda a população.